

Políticas Governamentais e Investimentos Estrangeiros Diretos: Um Estudo sobre a Entrada de Multinacionais no Brasil

Ana Caroline Lima da Silva¹
ana.silva2033@fatec.sp.gov.br

João Vitor de Macedo Rocha¹
joao.rocha18@fatec.sp.gov.br

Ligia Duarte Guerra¹
ligia.querra@fatec.sp.gov.br

Government Policies and Foreign Direct Investments: A Study on the Entry of Multinationals in Brazil

Políticas gubernamentales e inversiones extranjeras directas: un estudio sobre la entrada de multinacionales en Brasil

Palavras-chave:

Multinacionais.
Brasil.
Políticas governamentais.
Investimentos estrangeiros diretos (IED).

Keywords:

Multinationals.
Brazil.
government policies.
foreign direct investments (FDI).

Palabras clave:

Multinacional.
Brasil.
Políticas gubernamentales.
Inversión extranjera directa (IED).

Enviado em:

08 novembro, 2023

Apresentado em:

05 dezembro, 2023

Publicado em:

29 julho, 2024

Evento:

6º EnGeTec

Local do evento:

Fatec Zona Leste

Avaliadores:

Marcelo Salles da Silva
Taís Cecília dos Santos
Lima de Clares



Resumo:

Este artigo tem como objetivo uma releitura de bibliografias para inserção de empresas multinacionais em outras economias, associando a atração e impedimentos de corporações multinacionais na economia de um país, com foco do estudo de caso no Brasil. As empresas multinacionais desempenham um papel fundamental na economia global, influenciando significativamente nos aspectos como as taxas de emprego, os volumes de exportação e os investimentos diretos estrangeiros (IDE). No entanto, quando essas empresas optam por encerrar ou diminuir suas operações dentro de um determinado país, isso acontece, por muitas das vezes serem influenciado por uma combinação de implicações de políticas governamentais e pelos desafios que cercam a facilitação de entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil. Consequentemente, a gestão adequada das estratégias de retenção é crucial, pois serve não apenas para mitigar os entraves econômicos, mas também desempenha um papel fundamental na atração de empresas multinacionais para o país, o que consequentemente pode promover novos fluxos de IDE para o Brasil.

Abstract:

The aim of this article is to re-read the literature on the insertion of multinational companies in other economies, associating the attraction and impediments of multinational corporations in a country's economy, focusing on the case study of Brazil. Multinational companies play a fundamental role in the global economy, significantly influencing aspects such as employment rates, export volumes and foreign direct investment (FDI). However, when these companies choose to close or downsize their operations within a particular country, this is often influenced by a combination of government policy implications and the challenges surrounding the facilitation of foreign direct investment (FDI) inflows into Brazil. Consequently, the proper management of retention strategies is crucial, as it serves not only to mitigate economic obstacles, but also plays a key role in attracting multinational companies to the country, which can subsequently pro-mote new FDI flows to Brazil.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo releer bibliografías para la inserción de empresas multinacionales en otras economías, asociando la atracción y los impedimentos de las empresas multinacionales en la economía de un país, con el foco del estudio de caso en Brasil. Las empresas multinacionales desempeñan un papel clave en la economía mundial, influyendo significativamente en aspectos como las tasas de empleo, los volúmenes de exportación y la inversión extranjera directa (IED). Sin embargo, cuando estas empresas optan por cerrar o reducir sus operaciones dentro de un país determinado, esto sucede porque a menudo están influenciadas por una combinación de implicaciones de política gubernamental y los desafíos que rodean la facilitación de la entrada de inversión extranjera directa (IED) en Brasil. En consecuencia, la gestión adecuada de las estrategias de retención es crucial, ya que no solo sirve para mitigar las barreras económicas, sino que también desempeña un papel clave en la atracción de empresas multinacionales al país, que en consecuencia pueden promover nuevos flujos de IED hacia Brasil.

¹ Faculdade de Tecnologia da Zona Leste | Fatec Zona Leste

1. Introdução

Este estudo propõe uma revisão sobre a perspectiva das empresas multinacionais, com objetivo de analisar conceitos sobre políticas governamentais e investimentos diretos estrangeiros no cenário da economia brasileira. A literatura de negócios internacionais tem apresentado diversos benefícios inerentes à estratégia de expansão internacional das empresas multinacionais. Que, ao operar internacionalmente, a empresa pode se beneficiar de maior padronização de produtos, racionalização da produção e alocação mais eficiente dos recursos. Isso é possível porque uma empresa, ao operar além de suas fronteiras nacionais, tem a oportunidade de explorar os benefícios advindos da internalização nos mercados internacionais (Andrade; Galina, 2013).

Quando a firma multinacional se defronta com um ambiente institucional muito diferente do seu país de origem, tem dificuldade para se estabelecer e manter sua legitimidade (Rocha; Ávila, 2015). Já Andrade e Galina (2013), citam que algumas das vantagens das empresas multinacionais é o poder de mercado; capacidade de realizar investimento de risco, além da prospecção de novos mercados. E algumas desvantagens são diferenças culturais; barreiras jurídicas causadas pelas diferentes leis, além dos custos de instalação das novas firmas em mercados diversificados.

Segundo Gonçalves (1983), a internacionalização de uma companhia nada mais é do que o crescimento dela. O autor também argumenta que empresas multinacionais tem altas tendências de se expandir, e complementa ao dizer que a expansão não é somente para o crescimento da matriz, o enfoque está nos lucros que este processo pode trazer.

Assim, o cenário político do Brasil para a inserção dessas empresas está em constante mudança, mudanças essas que são muitas das vezes, formadas por meio de novas implantações de políticas públicas ou governamentais, que têm por objetivo regulamentar as relações socioeconômicas em tornar o Brasil um país atrativo aos negócios e investimentos estrangeiros diretos (IED).

2. Fundamentação Teórica

2.1. Empresas Multinacionais

Seabra et al. (2014, p.6), entende como empresa multinacional:

A empresa multinacional investe em ativos estratégicos que garantam sua competitividade global e/ou regional – através de aquisições que representem maior integração vertical ou mesmo diversificação produtiva, mas que resultem no fortalecimento da competitividade e rentabilidade global da empresa.

No entanto, a percepção das Empresas Multinacionais (EMNs) em relação ao Estado, onde busca vigorosamente a competitividade no mercado, ao qual estão vinculadas, reflete em suas decisões estratégicas de abranger novos mercados, e tende a ter.

Em termos práticos, a sensibilidade de um Estado em relação a uma EMN está ligada às seguintes decisões empresarias: 1) Estratégia de entrada e saídas em um país – decisão de investimento em projetos *greenfield* (novos investimentos), joint-ventures (sociedade de duas empresas), *turn-keys* (projeto onde vários fornecedores são agrupados), aquisições e fusões, e decisão de saída do país; e 2) Estratégias corporativas – decisão de abertura ou fechamento de linhas de produção e de serviços (Sarfati, 2008, p. 119).

Assim, Moura (2007) diz que, a competitividade da empresa multinacional é definida pelas vantagens que ela detém sobre as empresas domésticas, abrangendo aspectos como tecnologia, marcas, capacidade organizacional, redes de distribuição, pesquisa e desenvolvimento. Essas vantagens, relacionadas às características tanto do país de internacionalização quanto do país de origem, exigem uma avaliação cuidadosa do desempenho presente e futuro das economias envolvidas. Nesse processo decisório, são considerados fatores como custos de produção relativos, barreiras ao comércio e características específicas do mercado.

Buckley e Casson (2003), argumentam, que as multinacionais organizam internamente os seus recursos de forma a desenvolver e explorar as suas vantagens específicas, que podem ser baseadas no conhecimento ou em outros tipos de bens intermédios. Em contextos de mercados imperfeitos, a internalização, ou seja, a condução das operações dentro da própria EMN, surge como um modelo de governança capaz de potencializar e ampliar as especificidades da empresa. Dessa forma, a internalização se apresenta como uma alternativa à realização de transações no mercado, sendo que, quanto maiores forem as imperfeições do mercado, maior será a pressão para que a EMN internalize suas transações.

2.2. Multinacionais no Brasil

Segundo Costa et al. (2013), a indústria global passou por uma reformulação, onde empresas estrangeiras se descentralizaram e abriram filiais produtoras em outros países ao redor do mundo, demonstrando que a prosperidade não depende somente da matriz, é um conjunto de conhecimento que é passado de uma para outra. Na qual implementações são feitas para melhores resultados.

O fechamento ao comércio e a abertura ao capital são características marcantes da industrialização brasileira. As empresas estrangeiras assumiram um papel importante ao longo de nossa história. Da metade dos anos 50, quando o Plano de Metas do governo Kubitschek configurou o tripé em que se apoiaria o pretendido “salto de cinquenta anos em cinco” Naquele momento, o investimento das empresas multinacionais impulsionou decisivamente certos segmentos da indústria (Queiroz; Carvalho, 2005).

De acordo com Coelho e Oliveira Jr. (2012), o Brasil apesar de ser uma economia em desenvolvimento, ainda é atrativo, isso é resultado do bom desempenho em controlar crises financeiras internacionais, ter um crescimento econômico consistente, além de ser um bom produtor e ter um ótimo comércio e mercado consumidor. O que faz o país atrair investimento direto estrangeiro. Em detrimento desta análise o Brasil ainda tem um crescimento no PIB (Produto Interno Bruto) pouco significativo.

E que apesar do aumento da participação de empresas multinacionais na estrutura produtiva e no comércio exterior brasileiro, não houve alterações estruturais mais profundas que permitissem uma melhora na inserção internacional brasileira. A integração global brasileira ainda é assimétrica, pois o aumento de IED (Investimento Estrangeiro Direto) no Brasil, que eleva consideravelmente a presença de empresas estrangeiras na estrutura produtiva nacional para exportação, vem acompanhado por uma baixa internacionalização produtiva das empresas do país (Lemos Jr., 2015).

2.3. A Importância dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)

Chesnais (1996), compreende que os investimentos estrangeiros podem ser efetuados em duas maneiras como, investimentos diretos e investimentos “de carteira. Chesnais (1996, p.56), explica que investimento direto:

[...]considera-se um investimento estrangeiro como investimento direto quando o investidor detém 10% ou mais de ações ordinárias ou do direito de voto numa empresa. Esse critério, embora arbitrário, foi adotado porque estima-se que tal participação seja um investimento a longo prazo, permitindo a seu proprietário exercer influência sobre as decisões de gestão da empresa.

Já os investimentos de carteira Chesnais (1996, p.56), considera como:

Já um investimento estrangeiro inferior a 10% será contabilizado como investimento de carteira. Considera-se que os investidores de carteira não exercem influência sobre a gestão de uma firma da qual possuem ações. “carteira de investimentos” designa o conjunto dos depósitos bancários e das aplicações financeiras sob forma de títulos públicos ou privados.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) desempenham um papel crucial na economia global, e no desenvolvimento econômico de muitos países. De acordo com Stal e Campanário (2010), os

investimentos diretos no exterior (IDE), são recursos que as organizações multinacionais, adotam nas estratégias de atuação no cenário mundial, sejam elas fusões e aquisições, na criação de unidades em outros países, e financiamento entre matrizes e subsidiárias. O IDE no processo evolutivo da economia e crescimento de diversos países emergentes nas duas últimas décadas, teve um papel extremamente importante na entrada de capitais, tecnologias e na capacidade de gestão dos países industrializados, e em pouco tempo traz acúmulos de capital, e conhecimento nas empresas.

Já a Apex Brasil (2015), diz que, o Investimento Estrangeiro Direto (IED), no sentido abrangente, é o deslocamento de capitais internacionais para propósitos específicos de investimento, quando empresas ou indivíduos no exterior criam ou adquirem operações em outros país, O (IED) compõe fusões e aquisições, construções de novas instalações, reinvestimentos de lucros ganhados em operação no exterior.

Contudo, Albino (2019) diz que, os IEDs representam uma injeção de capital estrangeiro direto em uma economia anfitriã e podem trazer consigo uma série de benefícios, incluindo o acesso a novos mercados e tecnologias. E essa injeção de capital estrangeiro frequentemente se traduz em um aumento da produção e na criação de empregos, contribuindo para o crescimento econômico e a estabilidade. No entanto, a importância dos IEDs vai além da contribuição econômica, uma vez que também podem levar à transferência de conhecimento e expertise, fomentando o desenvolvimento tecnológico.

Nos países em desenvolvimento, a participação nos fluxos de IEDs é estratégica porque complementa a poupança interna e contribui para a modernização da infraestrutura econômica e social dos países. Além disso, proporciona melhores condições de inserção nas CGVs, bem como amplia as possibilidades de participação no comércio internacional de bens e serviços de maior valor agregado e maior conteúdo tecnológico. Portanto, os IEDs fortalecem importantes alavancas para a promoção do desenvolvimento econômico dos países (Siqueira, p.613, 2022).

Em resumo, os Investimentos Estrangeiros Diretos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico, promovem o comércio internacional e ganhos para o desenvolvimento sustentável. Eles não apenas injetam capital nas economias receptoras, mas também possibilitam a transferência de conhecimento e tecnologia, impulsionando o crescimento e a competitividade. A interconexão global cada vez mais intensa destaca a importância dos IEDs como motores essenciais para o progresso econômico e o bem-estar das nações.

2.4. Políticas Governamentais para Atração de Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil

De acordo com Dorsa (2021), explica que, políticas governamentais referem-se às ações, estratégias e regulamentações implementadas pelo governo de um país para orientar o desenvolvimento socioeconômico. Estas políticas englobam uma variedade de setores, tanto público como privado, incluindo fiscal, regulatório, comercial e industrial, com o objetivo de criar um ambiente propício aos negócios e promover o bem-estar da sociedade.

Ao longo das últimas décadas, conforme Lemos Jr. (2015), o Brasil testemunhou uma evolução marcante em suas políticas governamentais voltadas para a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Desde os anos de abertura das barreiras comerciais na década de 1990, o país passou por diferentes fases, cada uma moldando as estratégias adotadas para atrair investidores estrangeiros. “Por outro lado, o sucesso ou o insucesso dessas políticas também dependem, em boa parte, das relações do Estado com outros países, com interesses diversos, corporações empresarias e outros agentes econômicos globais” (Lemos Jr., 2015).

“Dado o reconhecimento da importância das instituições na atração do IED, os países têm buscado melhorar o seu ambiente para os investimentos. Criando instituições de apoio que visam facilitar e sustentar a entrada de IED através de mudanças nas ações governamentais” (Medeiros, 2019). Durante

os períodos para atração e desenvolvimento da economia do país, as mudanças antropológicas no cenário econômico do Brasil se deram através de acordos entre os estados, para tornar o país mais acessível para essas empresas multinacionais e investimentos estrangeiros, refletindo na busca de novos acordos comerciais internacionais, assim desenvolverem acordos econômicos ao longo dos anos como blocos econômico que o Brasil faz parte até os dias atuais, e reformas afim do desenvolvimento do país em si. (Fernandes, 2015).

Segundo Ribeiro (2016), Os aspectos principais das atividades econômicas das empresas multinacionais, tais como a importância do capital do conhecimento, o IED e o comércio intrafirma, faz com que o papel do governo em termos de incentivos à competitividade via melhor infraestrutura e, sobretudo, o papel dos fatores financeiros como as taxas de câmbio e juros, influenciadas por decisões governamentais de políticas cambiais e monetárias, Com a finalidade de ser atrativo para essas empresas. As políticas governamentais brasileiras evoluíram para se alinhar com as demandas do cenário internacional. Incentivos fiscais, reformas regulatórias e programas de promoção de investimentos foram implementados para criar um ambiente propício aos negócios. Essas mudanças refletem não apenas a busca por capital estrangeiro, mas também uma transformação antropológica na mentalidade econômica, destacando a interconexão global.

Portanto, a trajetória das políticas governamentais para atração de IED no Brasil não é apenas uma narrativa econômica, mas uma história antropológica, refletindo as transformações sociais, as dinâmicas globais e as respostas a desafios inesperados.

3. Materiais e Métodos

A metodologia utilizada neste artigo foi de natureza de pesquisa bibliográfica, para fundamentar esse artigo: “Políticas governamentais e investimentos estrangeiros diretos: um estudo sobre a entrada de multinacionais no Brasil”.

Este artigo tem como competência ter relevância no âmbito acadêmico, assim os dados foram coletados por meio de pesquisas bibliográficas, todos os dados citados foram extraídos de artigos, jornais, livros, relatórios, revistas, sites de empresas e sites institucionais, para abordar assuntos que se relacionavam com o tema. A pesquisa bibliográfica neste artigo desempenha um papel fundamental na construção de uma base sólida e informativa para o estudo da entrada de multinacionais na economia de um país, como é o caso do Brasil. Ela ajuda a contextualizar o problema, fornece suporte teórico, identifica fatores críticos, compara com estudos anteriores e analisa estudos sobre esses temas, contribuindo para uma pesquisa embasada.

4. Resultados e Discussões

4.1. Análise das Políticas Governamentais

As políticas governamentais desempenham um papel crucial na conquista de investimentos estrangeiros diretos (IEDs), moldando o ambiente de negócios para multinacionais. Uma análise crítica das políticas existentes no Brasil revela uma complexa rede de regulamentações que, em alguns casos, podem criar barreiras à entrada de investidores estrangeiros.

A burocracia excessiva e a falta de transparência em certos processos administrativos podem desencorajar potenciais investidores. Conforme explica Albino (2019), Em 2017, o Brasil foi classificado em 105º lugar entre 180 países no índice de percepção de corrupção, experimentando uma queda significativa em comparação com 2014, quando alcançou sua posição mais favorável. Essa diminuição é atribuída à deflagração da operação "Lava Jato" em 2014. Apesar da classificação desfavorável, o Brasil mantém uma posição relativamente melhor em relação a alguns países da América Latina. No entanto, é motivo de preocupação o índice de facilidade para fazer negócios, com o país apresentando um dos ambientes de negócios menos favoráveis na região latino-americana.

Além disso, a inconsistência nas políticas ao longo do tempo pode gerar incerteza, afetando a confiança das multinacionais no ambiente de negócios brasileiro. Neste contexto, a necessidade de uma revisão ampla das políticas governamentais se faz evidente, visando simplificação, transparência e consistência para promover um ambiente mais atrativo para as empresas multinacionais e IEDs.

4.2. Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) Na Economia Brasileira

Conforme Sarti e Laplane (2002), o início da abertura comerciais para o mercado das empresas multinacionais no Brasil, teve seu início na década de 1990, onde aqueceu o mercado consideravelmente em atuação dessas empresas multinacionais incentivadas pela diminuição de impedimentos dessas empresas na inserção do país, através de políticas de liberação das barreiras comerciais. Assim, o Brasil se tornou o país com mais notoriedade para a inserção de IED na América Latina, a frente de México e a Argentina que anteriormente eram líderes. De acordo com Mattos et al. (2007), no mesmo período foram tiradas restrições para o incentivo de capital privado, e outras instituições de origem estrangeira em diversos setores, tais como os de telecomunicações, petróleo e gás, e tecnologia da informação. No início do governo Fernando Henrique Cardoso, foram introduzidas emendas constitucionais, a fim de acabar com a maior parte dos monopólios públicos.

Desde o começo da década 90 até a década passada o país configurou entre os cinco principais destinos dos fluxos de IDE no mundo, aumentando a participação das empresas multinacionais na estrutura produtiva do país. Onde, Silva F. (2015) demonstra em seus dados que, “entre 1990 e 2012, o estoque de IDE per capita no Brasil elevou-se de US\$ 248 para US\$ 3.540; no mesmo período, a participação desse estoque no PIB brasileiro saltou de 10,1% para 31,2%”. Assim, nessa mesma década a atratividade internacional na participação de investidores estrangeiros no país aumentou.

Segundo Baumann (2022), apesar do Brasil não existir uma instituição governamental que isoladamente seja responsável para atrair esses recursos no caso os investimentos estrangeiros, são contemplados algumas instituições que buscam agir em prol deles, tais como: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), da Camex, de áreas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério da Economia, de ministérios setoriais, do BCB, de agências reguladoras, há uma lista mais extensa te com outras instituições públicas de âmbito setorial. Assim, assegura as diversas agências de converter as iniciativas para promoção, passam a ser sempre de objeto de política.

Carminati e Fernandes (2013), observa que quanto maior for quantidade de recursos naturais e humanos, tecnologia, infraestrutura, tamanho do mercado, estabilidade econômica e política, maiores serão os investimentos estrangeiros. Contrariamente, quanto maiores forem os processos burocráticos e custosos para os investidores, menor será os investimentos recebido de IDE no país. Entretanto, Silva F. (2015), conta que após 2011, ocorreu progressivamente um agravamento nas expectativas de desenvolvimento futuro do Brasil, conseqüente da estagnação da produção interna, enquanto obteve um desequilíbrio na balança de pagamento do país. Assim, alguns anos após obteve novamente uma piora na confiança externa sobre o país, onde agravou ao regresso das políticas expansionistas, chagando a ter movimentos de saída de capitais que precipitou a rápida desvalorização da moeda nacional, o real.

Portanto, é imperativo que o governo brasileiro implemente políticas de responsabilidade corporativa, que equilibrem os benefícios econômicos com a proteção dos interesses sociais e ambientais. Onde a importância de um enfoque equilibrado para maximizar os benefícios dos IEDs enquanto mitigam possíveis desvantagens da entrada deles, fazem valorizar o país para entrada de multinacionais.

5. Conclusão

O artigo revela a complexidade das relações entre empresas multinacionais, políticas governamentais e investimentos estrangeiros diretos no Brasil. Enquanto as multinacionais desempenham um papel crucial na economia global, a capacidade do Brasil de atrair e reter essas firmas está intrinsecamente ligada à evolução e eficácia das políticas governamentais.

Ao contemplar os diversos aspectos estratégicos nesta análise, fica claro que a presença e as movimentações das multinacionais no Brasil estão ligadas às políticas governamentais e às dinâmicas econômicas globais. A reflexão sobre as implicações econômicas da entrada das multinacionais com base em IED, revela a complexidade desse relacionamento, com consequências significativas para o país hospedado em ser atrativo. Assim, essas empresas multinacionais exercem papel crucial na economia global, influenciando áreas como emprego, exportações e principalmente e na participação de investimentos estrangeiros (IDE).

Portanto, o país busca não apenas capital estrangeiro, mas também a transferência de conhecimento e tecnologia. A narrativa não é apenas econômica, mas uma história antropológica que reflete transformações sociais, dinâmicas globais e respostas a desafios imprevistos. Em resumo, a gestão eficaz das políticas governamentais é essencial para manter e fortalecer a presença das multinacionais, promovendo o desenvolvimento econômico e a inserção positiva do Brasil na economia global.

Referências

- ALBINO, J. **Fatores de atração do investimento estrangeiro direto: o papel das instituições de países em desenvolvimento**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, sp. 2019. Doi:10.11606/D.12.2019.tde-04112019-163236. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04112019-163236/publico/CorrigidoJulia.pdf>>. Acesso em: 29 Outubro 2023.
- ANDRADE, A. M. F.; GALINA, S. V. R. **Efeitos da internacionalização sobre o desempenho de multinacionais de economias em desenvolvimento**. Revista de Administração Contemporânea (RAC), Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 239-262, mar. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552013000200007>>. Acesso em: 21 Outubro 2023.
- APEX BRASIL. **O que é IED**. 2015. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied>>. Acesso em: 02 Outubro 2023.
- BAUMANN, Renato. **Considerações sobre a política para atração de investimentos externos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro, set. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11503/1/TD_2798_Web.pdf>. Acesso em: 28 Outubro 2023.
- BUCKLEY, P. J.; CASSON, M. **O Futuro da Empresa Multinacional em retrospectiva e em perspectiva**. Journal of International Business Studies (2003), EUA, v. 34. p. 219-222, mar. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/5223039_The_Future_of_the_Multinational_Enterprise_in_retr ospect_and_in_prospect>. Acesso em: 26 Outubro 2023.
- CARMINATI, J. G. O.; FERNANDES, E. A. **O impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento da economia brasileira**. Planejamento e Políticas Públicas, n.41, p.141-172, dez. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3546>>. Acesso em: 31 Outubro 2023.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. Xamã Editora, São Paulo, Jul. 1996.
- COELHO, D. B.; OLIVEIRA JR., M. M. **As Multinacionais Brasileiras e os Desafios do Brasil no Século XXI**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 25, p. 44-57, 2012. Disponível em: <https://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/110_dbcmmojr_f.pdf>. Acesso em: 29 Outubro 2023.
- COSTA, S; BORINI, F. M.; AMATUCCI, M. **Inovação Global de Subsidiárias Estrangeiras Localizadas em Mercados Emergentes**. RAC, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, art. 4, p. 459-478, Jul./Ago. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552013000400005>>. Acesso em: 29 Outubro 2023.
- DORSA, A. C. **O papel das políticas públicas no Brasil: reflexões necessárias**. INTERAÇÕES, MS, v. 22, n. 2, abr./jun.

2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v22i2.3504>>. Acesso em: 29 Outubro 2023.

FELDMANN, P. **Instabilidade econômica acarreta saída de multinacionais do País**. *Jornal da USP no Ar*, 1^o edição, abr. 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/instabilidade-economica-acarreta-saida-de-multinacionais-do-pais/>>. Acesso em: 01 Novembro 2023.

FERNANDES, É. C. **A solução de controvérsias relativas a investimentos estrangeiros: análise da posição latino-americana frente ao ICSID**. Franca: Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/470ac590-341a-479e-aa36-68de0004b9bf/content>>. Acesso em: 30 Outubro 2023.

GONÇALVES, R. **O Crescimento de empresas multinacionais e nacionais privadas na indústria de transformação: 1968/80**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 181-206, abr. 1983. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6272/1/PPE_v13_n01_Crescimento.pdf>. Acesso em: 29 Outubro 2023.

LEMOS JR., V. J. d. S. **Novo ciclo de investimentos estrangeiros diretos no Brasil entre os anos de 2010 e 2015**. 2015. 26 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/15955>>. Acesso em: 30 Outubro 2023.

MATTOS, L. B.; CASSUCE, F. C. C.; CAMPOS, A. C. **Determinantes dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, 1980-2004**. *Revista De Economia Contemporânea*, v. 11, n.1, p. 39-60. jan. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-98482007000100002>>. Acesso em: 30 Outubro 2023.

MEDEIROS, E. D. **Determinantes institucionais e econômicos do investimento estrangeiro direto dos EUA na América Latina no período de 2002 a 2016**. 2019. xii, 65 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Maringá, 2019, Maringá, PR. Disponível em: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6289>>. Acesso em: 30 Outubro 2023.

MOURA, P. G. D'A. S. **O processo de internacionalização do desenvolvimento de produtos em empresas multinacionais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/D.96.2007.tde-23072007-085606>>. Acesso em: 26 Outubro 2023.

QUEIROZ, S.; CARVALHO, R. D. Q. **Empresas multinacionais e inovação tecnológica no Brasil**. *SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 51-59, abr./jun. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000200005>>. Acesso em: 29 Outubro 2023.

RIBEIRO, M. S. **Investimento estrangeiro direto e remessas de lucros e dividendos no Brasil: estratégia microeconômica e determinantes macroeconômicos (2001-2004)**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, abr. 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/AMSA-6XHPGY>>. Acesso em: 30 Outubro 2023.

ROCHA, A. D.; ÁVILA, H. D. A. **Teoria institucional e modos de entrada de multinacionais de países emergentes**. *Revista De Administração De Empresas, FGV-EAESP*, São Paulo, v. 55, n. 3, p. 246-257. jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-759020150302>>. Acesso em: 25 Outubro 2023.

SARFATI, G. **Os limites do poder das empresas multinacionais: o caso do Protocolo de Cartagena**. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 117-130, jun. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000100009>>. Acesso em: 26 Outubro 2023.

SARTI, F.; LAPLANE, M. **O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990**. *Economia e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 63-94, jun. 2002. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/536/03-Sarti%20e%20Laplane.pdf>>. Acesso em: 30 Outubro 2023.

SEABRA, F.; BORBA, G. L.; BALISTIERI, T. R.; FLORES, G. P.; FACCO, J. B. **Investimento externo direto e alguns indicadores de ambiente institucional no Brasil**. XXXIV encontro nacional de engenharia de produção, Paraná, out. 2014. Disponível em: <https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2014_TN_STP_197_117_26128.pdf>. Acesso em: 26 Outubro 2023.

SILVA F., E. B. **Trajetória recente do investimento estrangeiro direto e em carteira no Brasil**. Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea), n. 19, p. 5-20, Abr. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4034>>. Acesso 30 Outubro 2023.

SIQUEIRA, T. V. D. **Investimentos estrangeiros diretos (IED): origens, significado e benefícios = Foreign direct investment (FDI): origins, meaning and benefits.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 611-654, dez. 2022. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/23091>>. Acesso em: 27 Outubro 2023.

STAL, E; CAMPANÁRIO, M. D. A. **Empresas multinacionais de países emergentes: o crescimento das multilatinas.** Economia Global e Gestão, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 55-73, abr. 2010. Disponível em: <<http://scielo.pt/pdf/egg/v15n1/v15n1a04.pdf>>. Acesso em: 10 Novembro 2023.